

Expectativas otimistas

Há quatro ou cinco meses, quando as contas externas do Brasil registravam grande saída de dólares, como consequência não apenas da crise mexicana, mas sobretudo da maneira desastrosa como o Banco Central colocou em prática a nova política cambial, alguns economistas e empresários viram o Plano Real sob séria ameaça. O economista e professor (da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ) Antônio Barros de Castro chegou a afirmar, em artigo que publicou na época, que de todos os lados surgiam indícios de que o Plano Real começava a ser abandonado, ingressando em fase terminal. As previsões pessimistas não se confirmaram. O plano não acabou. Ao contrário, como reconhece agora o próprio Barros de Castro, em artigo que publicou domingo no jornal **O Estado de S. Paulo**, “o quadro apresentado pela economia brasileira mudou patentemente” e o plano “teve as suas características maiores reafirmadas”.

Na época em que as críticas foram feitas, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e alguns dos principais integrantes de sua equipe chamaram os críticos de “catastrofistas” e negaram com veemência que o Plano Real estava sendo abandonado. Mas não ficaram só nisso. No plano prático, colocaram em ação os instrumentos que consideravam os mais adequados para evitar riscos ao programa de estabilização, que, de fato, enfrentava turbulências na sua trajetória.

A ocorrência de turbulências, como dissemos em editoriais anteriores, é absolutamente normal ao longo do processo de implantação de um plano de combate à inflação. Os condutores do Plano Real tiveram, por exemplo, de enfrentar uma dificuldade inesperada e ameaçadora: a crise cambial mexicana, ocorrida em dezembro. Essa crise indicava que haveria, como houve, um forte movimento de saída de capitais da América Latina. Para alguns analistas, o capital que saía dificilmente voltaria em prazo curto. A análise revelou-se totalmente errada. O capital estrangeiro voltou ao País muito mais cedo que se esperava, e num volume surpreendentemente grande.

A atividade econômica, cujo superaquecimento vi-

nha sendo combatido pelo governo desde setembro, basicamente com medidas de limitação ao crédito ao consumidor, finalmente começou a perder fôlego, como queriam os condutores do Plano Real. Empresas que não contavam com tal reversão hoje enfrentam dificuldades, como o aumento da inadimplência entre seus clientes, estoques elevados e, em alguns casos, até com problemas para honrar seus próprios compromissos financeiros.

A inflação, medida pelo IPC-Fipe, que desde maio vinha subindo, atingiu seu ponto máximo na terceira semana de julho (3,99%) e agora, de acordo com as previsões dos especialistas, deve manter tendência declinante nas próximas semanas.

Não houve crise cambial, a inflação não disparou, a economia parou de crescer de forma explosiva, mas não mergulhou na recessão.

Isso foi possível porque a equipe econômica, sem se perturbar com as críticas, agiu nesse período difícil com eficiência e serenidade. Mudou a política cambial, mudou o nível dos juros internos, corrigindo a rota na medida das necessidades. Vai continuar fazendo as correções que julgar necessárias, talvez até para conter efeitos de decisões anteriores. Agora, por exemplo, há um ingresso excessivo de dólares, que pode dificultar o controle da moeda.

É o que lhe cabe fazer enquanto o Plano Real não estiver consolidado. Essa consolidação não depende dela, mas sim do Congresso, que terá a decisão sobre as reformas estruturais das quais depende o equilíbrio permanente das contas públicas. Nessa questão o quadro é o mesmo de há alguns meses ou alguns anos.

O governo continua sem condições de evitar um grande déficit no Orçamento que está montando para 1996, apesar do grande aumento das suas receitas. É que as despesas continuam crescendo mais depressa do que as receitas e isso continuará acontecendo enquanto não forem aprovadas as reformas que o governo enviará ao Congresso neste semestre.